

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: METODOLOGIAS ATIVAS NA PRÁTICA EDUCATIVA

Ewerton dos Santos Silva

IFPI - Campus São João do Piauí

E-mail: ewerton.silva@ifpi.edu.br

Deoclides Oliveira Ribeiro

IFPI - Campus São João do Piauí

E-mail: casjp.2023124BADM0008@aluno.ifpi.edu.br

Rauene da Costa Silva

IFPI - Campus São João do Piauí

E-mail: casjp.2023124BADM0018@aluno.ifpi.edu.br

Rebeca Vieira Ribeiro

IFPI - Campus São João do Piauí

E-mail: casjp.2023124BADM0028@aluno.ifpi.edu.br

RESUMO

O trabalho apresenta o relato da oficina “Direitos Humanos na Prática”, desenvolvida como ação extensionista do curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal do Piauí – Campus São João do Piauí, em uma escola pública de ensino fundamental. O objetivo foi promover o desenvolvimento de competências cidadãs, socioemocionais e profissionais em estudantes do 9º ano, por meio de metodologias ativas e da aprendizagem experiencial. A metodologia foi estruturada em etapas interdependentes, com dinâmicas como “Música + Valores Invisíveis”, “Corrida dos Desiguais”, “Gincana dos ODS”, “Desafio do Silêncio” e “Mural de Compromissos”, articulando vivência, reflexão e aplicação prática. Participaram 28 estudantes, e a avaliação de reação, aplicada por questionário em escala Likert, indicou alta satisfação: 76% classificaram a clareza do conteúdo como “Muito Bom” e 20% como “Bom”; 92% avaliaram positivamente os materiais; e 92% reconheceram desenvolvimento de novas habilidades. Os resultados confirmam que a oficina contribuiu para a consciência crítica, o protagonismo juvenil e a formação cidadã, demonstrando ser uma experiência replicável e adaptável a diferentes contextos escolares.

Palavras-chave: Direitos humanos; Metodologias ativas; Educação cidadã.

1 INTRODUÇÃO

O presente relato descreve a experiência vivida na oficina “Direitos Humanos na Prática”, ação extensionista do curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal do Piauí – Campus São João do Piauí, desenvolvida em uma escola pública de Ensino Fundamental da cidade. A proposta surgiu como resposta à necessidade de fortalecer a dimensão cidadã no espaço escolar, integrando a reflexão sobre direitos humanos à vivência

cotidiana dos alunos, de forma a promover um ambiente educativo que valorize a dignidade, a equidade e a participação social.

Freire (1996) destaca que a educação é um ato político e libertador, devendo criar condições para que os sujeitos reflitam criticamente sobre a realidade em que vivem. No contexto escolar, isso significa transcender o ensino meramente conteudista e incorporar práticas que favoreçam a construção de sujeitos ativos e comprometidos com a transformação social.

O problema identificado foi a predominância de metodologias centradas na memorização e na transmissão unidirecional de conteúdos, que pouco dialogam com as questões reais vividas no ambiente escolar. Tal abordagem enfraquece o protagonismo juvenil e a capacidade dos estudantes de compreender e praticar os direitos humanos em sua vida escolar e comunitária, contrariando a concepção de Dewey (1998) de que a escola deve ser um espaço de vivência democrática e participação efetiva.

O objetivo geral da ação foi promover o desenvolvimento de competências cidadãs, profissionais e socioemocionais em alunos do 9º ano, por meio de oficinas práticas e interativas baseadas em metodologias ativas. Entre os objetivos específicos, destacam-se: estimular o protagonismo juvenil; desenvolver habilidades de comunicação, trabalho em equipe e resolução de problemas; aproximar os alunos da gestão cidadã e do mundo do trabalho; incentivar o pensamento crítico; e fomentar valores como respeito, equidade, inovação e sustentabilidade.

A oficina ocorreu em junho de 2025 e contou com a participação de 28 estudantes. O desenho das atividades incluiu momentos de acolhimento e contextualização sobre direitos humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), seguidos de dinâmicas como “Música + Valores Invisíveis”, “Corrida dos Desiguais”, “Gincana dos ODS” e “Roda das Soluções”, “Estação do Desafio do Silêncio” e “Mural de Compromissos”. Essa estrutura buscou articular teoria e prática no próprio espaço escolar, tornando o ambiente de aprendizagem um cenário para a vivência dos direitos humanos.

2 METODOLOGIA

A experiência foi desenvolvida por meio de uma abordagem metodológica baseada nas metodologias ativas, especificamente no modelo da Aprendizagem Experiencial proposto por Kolb (1984), que se estrutura em um ciclo de quatro etapas: experiência concreta,

observação reflexiva, conceituação abstrata e experimentação ativa. Essa escolha metodológica foi fundamentada na necessidade de proporcionar aos estudantes não apenas acesso a informações sobre direitos humanos, mas a oportunidade de vivenciar situações que estimulassem a reflexão crítica e a transformação de atitudes.

A elaboração da oficina iniciou-se com um processo de planejamento participativo entre os extensionistas e o professor orientador, no qual foram definidos os objetivos, as atividades e os materiais necessários. Esse alinhamento buscou garantir a coerência pedagógica e a adequação ao público-alvo, composto por aproximadamente 28 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas de São João do Piauí. A seleção das turmas ocorreu mediante contato prévio com as instituições, que cederam o espaço físico e colaboraram com a organização logística.

As atividades foram estruturadas em etapas sequenciais que integravam momentos lúdicos e reflexivos, seguindo o princípio freireano de educação como prática da liberdade, na qual o diálogo é elemento central (Freire, 1996). A Tabela 1 apresenta, de forma sintetizada, as etapas da oficina “Direitos Humanos na Prática”, suas descrições e os fundamentos teóricos que orientaram cada atividade:

Tabela 1: Etapas da oficina “Direitos Humanos na Prática” e seus fundamentos teóricos

Etapa	Descrição da Atividade	Fundamento Teórico
Sensibilização e engajamento inicial	Acolhimento e contextualização teórica sobre direitos humanos e ODS, visando criar vínculo com a realidade local.	Dewey (1998)
Vivências interativas	Dinâmicas “Música + Valores Invisíveis” e “Corrida dos Desiguais” para trabalhar empatia, percepção de desigualdades e reflexão sobre valores sociais.	Ausubel (2003)
Resolução colaborativa de problemas	“Gincana dos ODS” e “Roda das Soluções”, baseadas na Aprendizagem Baseada em Problemas (Problem-Based Learning).	Savery; Duffy (1995)
Inclusão e cooperação	“Estação do Desafio do Silêncio” para simular situações de acessibilidade e estimular a cooperação.	Vygotsky (1991)
Compromisso com a ação cidadã	Encerramento com o “Mural de Compromissos”, reforçando a transformação do aprendizado em atitudes concretas.	Candau (2012)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A avaliação da oficina foi realizada por meio de um questionário de reação aplicado ao final das atividades, composto por 11 questões objetivas em escala de Likert, abordando clareza, relevância, participação, interação, qualidade dos materiais e percepção de aprendizado. Os dados foram tabulados e analisados qualitativamente, permitindo identificar padrões e categorias emergentes. Essa opção metodológica buscou respeitar a complexidade

dos contextos escolares, considerando que, segundo Yin (2015), estudos de caso e abordagens qualitativas são adequadas para compreender fenômenos em profundidade e em sua realidade natural.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oficina “Direitos Humanos na Prática” foi concebida e implementada a partir de uma sequência pedagógica estruturada em etapas integradas e interdependentes, com duração total de aproximadamente três horas. O desenho metodológico buscou proporcionar experiências concretas que favorecessem a internalização de conceitos e valores ligados aos direitos humanos e à cidadania ativa, seguindo a premissa de Kolb (1984), segundo a qual o conhecimento é construído por meio do ciclo experiencial — vivência prática, reflexão, conceituação e aplicação em contextos reais.

O início da oficina consistiu em um momento de acolhimento e apresentação, com base no diálogo freireano (Freire, 1996), valorizando os saberes prévios dos alunos e estabelecendo um espaço de escuta ativa. Em seguida, foram desenvolvidas as dinâmicas: “Música + Valores Invisíveis”, que promoveu sensibilização inicial; “Corrida dos Desiguais”, que possibilitou a vivência de desigualdades estruturais; “Gincana dos ODS” e “Roda das Soluções – E se fosse você?”, voltadas para a resolução colaborativa de problemas; “Estação do Desafio do Silêncio”, que trouxe reflexões sobre acessibilidade; e, por fim, o “Mural de Compromissos”, em que os estudantes registraram ações cidadãs a serem implementadas em sua vida cotidiana.

A avaliação de reação confirmou a efetividade da metodologia adotada. Os dados mostram que 76% dos participantes classificaram a clareza do conteúdo como “Muito Bom” e 20% como “Bom”, evidenciando comunicação acessível e alinhada à perspectiva freireana. Quanto à relevância dos temas, 100% das respostas ficaram entre “Muito Bom” (60%) e “Bom” (40%), sinalizando pertinência com o contexto dos estudantes (Libâneo, 2013).

A profundidade do conteúdo foi avaliada positivamente por 88% dos participantes (“Muito Bom” ou “Bom”), enquanto a qualidade dos materiais recebeu 92% de aprovação, confirmando que os recursos didáticos favoreceram a aprendizagem significativa, em consonância com Kolb (1984). A participação ativa foi destacada por 76% como “Muito Boa”, revelando engajamento nas metodologias ativas. Além disso, a interação entre os participantes foi considerada positiva por 96% dos alunos, reforçando o papel das trocas

coletivas no desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Por fim, 92% relataram que a oficina contribuiu para o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos, validando a proposta como espaço de aprendizagem significativa e transformação social.

Esses resultados demonstram que práticas pedagógicas baseadas em vivências reais, diálogo e protagonismo estudantil não apenas ampliam o repertório cognitivo, mas também fortalecem valores e atitudes compatíveis com uma cidadania ativa, em consonância com Candau (2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oficina “Direitos Humanos na Prática” evidenciou que a incorporação planejada da Educação em Direitos Humanos no espaço escolar contribui para ampliar a consciência crítica dos estudantes, fortalecer vínculos comunitários e estimular práticas cidadãs. Os dados da avaliação confirmaram a clareza dos conteúdos, a relevância temática, a qualidade dos materiais e o engajamento dos participantes, atestando a efetividade do desenho metodológico e a pertinência das metodologias ativas utilizadas.

Do ponto de vista pedagógico, a experiência demonstrou ser uma estratégia eficaz para integrar teoria e prática, promovendo a formação de sujeitos críticos, empáticos e comprometidos com a transformação social. Como limitações, destacam-se o curto período de execução e a abrangência restrita a uma única escola, o que recomenda cautela na generalização dos resultados. Para futuras ações, sugere-se a ampliação do público-alvo e o acompanhamento longitudinal dos impactos, de modo a avaliar efeitos duradouros na trajetória dos estudantes.

Em síntese, a experiência revelou-se replicável e adaptável a diferentes contextos escolares, configurando-se como modelo eficiente de integração entre educação em direitos humanos e metodologias ativas, contribuindo para a formação cidadã na educação básica e para a consolidação do papel social da universidade.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 maio 2012.

CANDAU, V. M. F. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul./set. 2012.

DEWEY, John. Experience and education. 60th anniversary ed. West Lafayette: Kappa Delta Pi, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOLB, D. A. Experiential learning: experience as the source of learning and development. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVERY, J. R.; DUFFY, T. M. Problem-based learning: an instructional model and its constructivist framework. Educational Technology, v. 35, n. 5, p. 31-38, 1995.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.